

# RELATÓRIO ANUAL 2022





O ano de 2022 iniciou com um sentimento de gratidão pela oportunidade de dar continuidade ao trabalho e com o acréscimo de uma maior abrangência na realização das ações presenciais. Mais uma vez, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) manteve sua luta para cumprir sua missão de erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento.

Uma das metas alcançadas foi manter os vínculos familiares, por meio dos seus projetos, diminuir a ausência de contatos sentida pelas mulheres migrantes em privação de liberdade no estado de São Paulo, por meio da troca de cartas com seus familiares; além de realizar uma aproximação através das participações em ações, como a **Jornada da Cidadania**, nos presídios femininos da capital e do interior, atividades essas que ocorreram tanto on-line quanto presencialmente.

Nesse ano que também trouxe seus desafios, o Instituto procurou desenvolver atividades com as sobreviventes do cárcere e familiares, buscando potencializar suas já notáveis lideranças, onde se teve tanto a oportunidade de compartilhar conhecimento como adquiri-lo para o aprimoramento do trabalho.

Enquanto uma instituição que busca se aprofundar em temas para a educação das relações étnico-raciais e de gênero, deu-se continuidade às formações e oficinas internas que buscam colaborar com o fazer educativo, valorizando a diversidade e o combate ao racismo. Sendo assim, o ITTC promoveu duas formações sobre antinegritude com o objetivo de aprofundar a temática, debater um novo paradigma, um novo olhar, em especial, sobre a mulher negra e sua relação com a antinegritude e o cárcere.

Ainda durante esse ano, o ITTC promoveu várias formações sobre LGBTQIA+, com questões como "Histórico: Questões dinâmicas das identidades e expressões"; "Experiências: outros estados – intersecções com as criminalizações" e "Mulheridades". Esses debates permitiram qualificar a equipe, equalizar o conhecimento e dar luz a assuntos de importância real no cotidiano da atuação do ITTC, assim como estimular reflexões sobre as diversas identidades e expressões de gênero e sexualidade, além de intersecções com o cárcere e processos de criminalização desses corpos. O ITTC tem buscado, cada vez mais, a participação de suas parcerias e, na última formação, contou com a presença de mulheres sobreviventes do cárcere, de forma a garantir trocas e crescimento mútuo.

No ano de 2022, manteve a nossa rotina de atendimentos presenciais, online, ações de **advocacy** e formações (tanto internas quanto externas). Logo, o Instituto continuou a se aprimorar, utilizando de toda a experiência adquirida durante a impossibilidade de realizar tais ações presenciais, sempre com a preocupação com a defesa e os direitos das mulheres que estão ou já estiveram em situação de cárcere. Para tanto, muitas atividades foram desenvolvidas de forma articulada e conjunta entre as equipes, as parcerias e as mulheres atendidas. A seguir, um pouco do caminho do ITTC em 2022.

### ■ ■ PARCERIAS E REDES DE TRABALHO:

Agenda Nacional pelo Desencarceramento

**Amparar** 

Associação Brasileira de Defesa da Mulher

da Infância e da Juventude (Asbrad)

Associação pela Reforma Prisional (ARP)

Centro de Acolhida Especial para Mulheres

Imigrantes (Caemi – Palotinas)

Centro de Direitos Humanos e Cidadania

do Imigrante (CDHIC)

Centro de Direitos Humanos e Educação

Popular (CDHEP)

Centro de Estudos de Segurança e

Cidadania (CESeC)

Centro de Referência para Refugiados da

Caritas Arquidiocesana de São Paulo

Conectas Direitos Humanos

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos

da Pessoa Humana (Condepe)

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Conselho Nacional de Justica (CNJ)

Consulado da Tailândia

Defensoria Pública da União (DPU)

Defensoria Pública do Estado de

São Paulo (DPE/SP)

Elas Existem

Equis Justicia para las Mujeres AC – México

Fundo Brasil de Direitos Humanos

Fundo de Direitos Humanos dos

Países Baixos

Gabinete de Assessoria Jurídica às

Organizações Populares (Gajop)

GT Educação nas Prisões

Ideas Assessoria Popular

Instituto Brasileiro de Ciências

Criminais (IBCCRIM)

Instituto das Irmãs da Santa Cruz (IISC)

Instituto de Defensores de

Direitos Humanos (DDH)

Instituto de Defesa do Direito

de Defesa (IDDD)

Instituto Pro Bono

Instituto de Estudos da Religião (Iser)

Instituto Sou da Paz

International Drug Policy

Consortium (IDPC)

Justiça Global

Missão Paz

Oak Foundation

**Open Society Foundations** 

Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado

Pastoral Carcerária

Plataforma Brasileira de Política de

Drogas (PBPD)

Prison Insider

Red Latinoamericana de Mujeres

Libertarias Fundiendo Rejas

Rede de Atenção às Pessoas Egressas do

Sistema Prisional (Raesp)

Rede Justiça Criminal (RJC)

Rede Rua

Serviço Franciscano de

Solidariedade (Sefras)

Sigrid Rausing Trust

Washington Office on Latin

America (Wola)

# ÍNDICE

- .... MÍDIA E IMPRENSA
- ---- COMUNICAÇÃO
- PROGRAMA JUSTIÇA SEM MUROS
- PROJETO MULHERES MIGRANTES
- PROJETO BANCO DE DADOS
- ···· PROJETO GÊNERO E DROGAS
- .... ADMINISTRAÇÃO

# MÍDIA E IMPRENSA

### Apesar de scanners, revista íntima ainda é praxe em prisões

### DW | 10/03/2022

Reportagem sobre o relatório Revista vexatória: uma prática constante, realizado pelo ITTC e outras organizações da sociedade civil. Pesquisadora do Programa Justiça Sem Muros, contribuiu em entrevista explicando o estudo.

### Violência contra a mulher

### Observatório do Terceiro Setor | 23/03/2022

Programa do **Observatório do Terceiro Setor**, na **Rádio USP**, contou com participação de uma pesquisadora do **Projeto Gênero e Drogas**.

### Revitimização: mulheres negras são as mais constrangidas em delegacias Alma Preta Jornalismo | 29/04/2022

Reportagem sobre o aumento de casos de violência e violações de direitos humanos em delegacias de polícia falou com pesquisadora do **Projeto Gênero e Drogas**.

### O que explica o abandono das mulheres encarceradas?

### Instituto Claro | 31/05/2022

Matéria que denuncia a solidão vivida pelas mulheres privadas de liberdade contou com a participação de pesquisadoras do **Projeto Mulheres Migrantes**.

# Como é ser mãe e estar presa no Brasil, com 5ª maior população carcerária feminina no mundo

### Brasil de Fato | 08/05/2022

Reportagem traz dados do encarceramento feminino no país e elucida a realidade das mães que enfrentam essa situação. As pesquisadoras do **Programa Justiça Sem Muros** foram entrevistadas.

# Evento: Guarulhos discute a vulnerabilidade no processo migratório das mulheres negras

### Portal da Prefeitura de Guarulhos | 27/07/2022

Matéria fala sobre a palestra Mulheres Negras Migrantes feita pela Coordenação do ITTC e organizada pela Prefeitura de Guarulhos para servidores de diversas secretarias e membros do Comitê de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas.

# MÍDIA E IMPRENSA

### Encarceramento das mães marca a vida de crianças na primeira infância

### Marco Zero Conteúdo | 28/09/2022

Reportagem conta com análise de pesquisadora do **Programa Justiça Sem Muros** sobre dados do encarceramento de mulheres e da prisão domiciliar com base nos relatórios do **ITTC** publicados em 2022.

# 30% das mulheres encarceradas que podiam estar em prisão domiciliar têm seu direito negado

### Alma Preta | 05/10/2022

Pesquisadora do **Programa Justiça Sem Muros** contribuiu para reportagem sobre o crescimento do encarceramento de mulheres nos últimos anos, impulsionado pela política de criminalização das drogas e pelo uso excessivo de prisões provisórias.

# Brasil quadruplica número de mulheres presas e se torna 3º país com mais encarceradas no mundo

### Portal R7 | 28/10/2022

Reportagem teve colaboração da **Coordenação** do **ITTC** para falar sobre o recente aumento da população carcerária de mulheres no país.

### A realidade das mulheres migrantes encarceradas

### Observatório do Terceiro Setor | 23/12/2022

Reportagem com colaboração da **Comunicação** e da **Coordenação** do **ITTC** apresenta o trabalho do Instituto na atuação pela garantia ao acesso à justiça e defesa dos direitos de mulheres migrantes em conflito com a lei.



# COMUNICAÇÃO

Em 2013, o ITTC criou uma equipe de Comunicação visando apoiar a divulgação de pesquisas e ações realizadas no Instituto. Conforme novas demandas foram surgindo, foi necessário ampliar a atuação da equipe para as áreas de assessoria de imprensa e assessoria editorial. Em 2022, a equipe atuou com três profissionais: uma jornalista, outra jornalista/designer e uma estagiária estudante de Jornalismo.

A rotina da Comunicação inclui revisão de textos, elaboração de peças gráficas, diagramação interlocução materiais. com contatos externos, produção para o ITTC, organização site do mediação de reuniões, postagem e interação nas redes sociais oficiais Instituto, do organização eventos, criação de formulários, encaminhamento de entrevistas e relacionamento com a imprensa.

# **ATIVIDADES**

Com a retomada definitiva do trabalho presencial no final de 2021, a atuação da Comunicação em 2022 envolveu mais coberturas e organização de eventos. Além das atividades rotineiras de imprensa, produção do boletim assessoria mensal, diagramação e revisão dos boletins do Banco de Dados e acompanhamento de reuniões de pautas, a equipe também trouxe novidades para o funcionamento das redes do Instituto.

A primeira delas foi a adequação do site do ITTC às normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com o aviso de cookies do site e a utilização de formulários de autorização de imagens em eventos. Também houve uma reorganização dos arquivos de documentos do Drive, que guardam muito histórico do Instituto, produção de crachás de identificação das equipes, participação em campanhas internacionais e novas formas de interação com o público via redes sociais.

# **PUBLICAÇÕES**

As publicações da **Comunicação** englobam tanto materiais de produção própria, por exemplo, os boletins mensais enviados para o público, como materiais de produção em conjunto com as demais equipes. Os boletins são um compilado das ações realizadas pelo Instituto durante o mês, com destaques para eventos e o **clipping** com matérias/reportagens que citam o **ITTC**. A produção de posts para redes sociais e para o site institucional são parte da rotina da **Comunicação**. Os números de redes sociais de janeiro a dezembro de 2022 foram:

### **INSTAGRAM**

@comunicaittc



### LINKEDIN

ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania



### **FACEBOOK**

ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania



### **TWITTER**

@comunicaittc



Além das divulgações de eventos e posts em conjunto com redes parceiras, a **Comunicação** também apostou em séries para engajar mais com o público geral. A primeira delas foi uma série de apresentação das equipes que compõem o **ITTC**, explicando qual a função delas e como colaboram para a missão do Instituto:







Outra série elaborada pensando nos conteúdos de pesquisa do ITTC e no histórico de luta levantado pela Instituição desde sua fundação foi a sequência de posts que englobam o tema de tráfico de pessoas. Essas publicações tiveram por objetivo instigar o público a pensar em questões como a relação entre as prisões por tráfico de drogas e as vítimas de tráfico de pessoas e a problemática do termo "mula".





No primeiro semestre de 2022, a Comunicação também participou do lançamento da cartilha "Um guia para a liberdade", elaborada pelo Projeto Mulheres Migrantes em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU/SP). Já no segundo semestre, a equipe Justiça Sem Muros lançou o relatório "Os desafios da aplicação da prisão domiciliar para o pleno exercício da maternidade e a proteção à infância", que resultou em uma reportagem no Brasil de Fato, e uma publicação especial em parceria com a Comunicação, para redes sociais.





# ATUAÇÃO EM REDE

O ano de 2022 foi marcado pela atuação em redes internacionais. Houve grandes encontros com a Rede Latinoamericana de Mulheres Sobreviventes do Cárcere e com a Rede Internacional de Mulheres Sobreviventes do Cárcere. O III Encontro do Comitê da Rede Latinoamericana de Mulheres Sobreviventes do Cárcere e Familiares aconteceu em São Paulo, com participação ativa do Programa Gênero e Drogas e cobertura da Comunicação.



Desse encontro também surgiu a Não Mais Pena campanha intuito de Perpétua. com combater o estigma de ter passado violências pelo sistema e as dirigidas às sobreviventes cárcere e as suas famílias. A campanha foi lançada nas redes sociais das organizações que compõem a Rede.

Já no final do ano, a Comunicação organizou uma apresentação das equipes da Rede na sede do ITTC e estiveram presentes Coletta Youngers, do Washington Office on Latin America – WOLA, dos Estados Unidos; Claudia Cardona, do Mujeres Libres Colombia; Mabel Colman, da ACiFaD Familiares de Detenidos en Cárceles Federales, da Argentina; Dawn Herrington e Angela Henderson, do National Council for Incarcerated and Formerly Incarcerated Women and Girls, dos Estados Unidos. Esse encontro também resultou em uma campanha para as redes sociais, dessa vez, voltada para o lançamento da International Network of Formerly Incarcerated Women (INFIW) e do manifesto da Rede Internacional.



INFIW English
INFIW Español
INFIW Português



A Comunicação também esteve presente em oficinas e rodas de conversa, como a Roda de Conversa sobre Mercado de Trabalho, em parceria com o Instituto Recomeçar e a Oficina de Tecnologia para Sobreviventes do Cárcere, organizada pelo Programa Gênero e Drogas em parceria com a InfoPreta. Em outubro de 2022, aconteceram as eleições presidenciais brasileiras. Por entender a importância de se defender o movimento democrático, o ITTC se posicionou e atuou diretamente com o Pacto pela Democracia e com a Rede Justiça Criminal.

# PROGRAMA JUSTIÇA SEM MUROS

O Programa Justiça Sem Muros (JSM) foi criado para promover a incidência política e a disseminação de conhecimentos adquiridos — pela experiência prática e pela produção de pesquisas nos mais de 25 anos de atuação do ITTC — sobre pessoas em conflito com a lei, especialmente mulheres e mulheres migrantes.

A atuação do **JSM** se dá por meio da litigância estratégica e tem como objetivo principal impulsionar medidas desencarceradoras para mulheres em contato com a justiça criminal, bem como barrar iniciativas punitivistas e retrocedentes.

A equipe é formada por três pesquisadoras, sendo uma advogada, uma cientista social e uma cientista política. O grupo acompanha e participa de redes e articulações com a sociedade civil para mobilização de mudanças institucionais no sistema de justiça.

Também divulga informações a respeito do sistema prisional, possibilitando o diálogo público e contribui para a qualificação do debate, fomento ao combate às violações de direitos e às desigualdades étnicoraciais e sociais.

# **ATIVIDADES**

O JSM atua em rede com organizações da sociedade civil – organizações sociais, coletivos, academia, mídia e público interessado – para mobilizar os atores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em prol de mudanças institucionais no sistema de justiça. Por meio de duas frentes de atuação: pesquisa e advocacy (diálogo público e articulação política), defendendo a redução do sistema prisional e buscando expandir a participação da sociedade civil nas políticas públicas.

As atividades de rotina do JSM incluem a participação em redes de advocacy de organizações da sociedade civil e movimentos sociais que trabalham com a temática da justiça criminal, atuação de incidência política e litigância estratégica para impulsionar medidas desencarceradoras para mulheres em contato com a justiça criminal, monitorando ações judiciais. Além disso, em 2022 a equipe teve uma forte atuação no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT).

### **ARTICULAÇÕES**

Dentre conversas importantes com atores externos destacam-se: (1) a reunião com o pesquisador Artur Egito, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da UFPB. que desenvolvendo dissertação sobre a participação da sociedade civil e organizações internacionais para a implementação Audiências de Custódia no Brasil; e (2) a participação em reunião com outras organizações da sociedade civil para debater a estratégia do mutirão de atendimento jurídico e de acolhimento de familiares nas unidades de custódia no Rio de Janeiro.

A equipe se reuniu para a construção da Agenda 227, um importante movimento liderado por organizações da sociedade civil de construção de uma agenda de defesa da infância e da juventude para o período eleitoral de 2022. Na ocasião, foi realizado debate sobre o Marco Legal da Primeira Infância e políticas nacionais do socioeducativo, de 2015 aos dias atuais. O JSM contribuiu, a convite do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), na elaboração e escrita do documento "Alimentação e prisões: a pena de fome no sistema prisional brasileiro" que foi posteriormente enviado ao relator de direito à alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU). A equipe participou do lançamento da webreportagem do Gabinete de Assessoria Jurídica Organizações Populares (Gajop) "Quando a morte veste farda" no Instituto Polis.

Destacam-se também: (1) a reunião de articulação com Alana, IDDD, Andi para elaborar estratégias de advocacy sobre a pauta da prisão domiciliar; (2) participação da Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) que debateu a promoção de direitos de mulheres e crianças imigrantes e refugiadas no estado de São Paulo; (3) a reunião sobre o PL municipal da pessoa egressa, projeto elaborado a partir da Agenda Municipal para Justiça Criminal formulada pelo ITTC em 2017.

O PL objetiva colocar luz sobre as práticas repressivas que tem prevalecido nas políticas municipais de segurança pública, tendo como uma de suas diretrizes fortalecer o papel da Administração Municipal na atenção às pessoas em conflito com a lei e egressas do sistema prisional, contribuindo para romper com o ciclo de violências e desigualdade promovido pelo sistema penal. A reunião foi coordenada pelo gabinete do então vereador Eduardo Suplicy com presença da Amparar e outras organizações da sociedade civil para debater os encaminhamentos da construção e processo de aprovação do PL. Em março de 2023, a Câmara Municipal aprovou o PL instituindo a Política Municipal de Atenção às Pessoas Egressas e seus Familiares.

O JSM foi convidado para participar da reunião preparatória do Inventário de 30 anos do Massacre do Carandiru que foi organizada pela OAB e contou com a presença de diversas organizações que fizeram parte do evento. Integrantes do JSM, junto com a coordenação do ITTC, estiveram presentes no Encontro de Projetos do Fundo Brasil de Direitos Humanos, assim como na reunião para articulação de parceria na plataforma colaborativa Observa Custódia; e da roda de conversa com o Instituto Recomeçar sobre acesso a vagas de trabalho.



Encontro de projetos do Fundo Brasil de Direitos Humanos | Foto: Divulgação

A pesquisadora Sofia Fromer ministrou uma aula on-line no <u>Curso de Preparo de Profissionais da Saúde para o Cuidado com Pessoas Privadas de Liberdade</u>, na Universidade Federal de São Paulo. O tema da aula foi maternidade no cárcere. A pesquisadora Juliane Arcanjo participou da mesa <u>Diário de um Detento: Políticas Públicas Carcerárias e Direitos Humanos</u>, na UNICAMP/Limeira e co-facilitou, junto com o <u>Gajop</u> e <u>Instituto Pro Bono</u>, a oficina <u>Caminhos do Sistema de Justiça - Conquistas e Ameaças</u>, do <u>II Seminário Internacional da Amparar</u>, que ocorreu presencialmente na Faculdade de Direito da <u>USP</u>.

Para se dedicarem ao tema da prisão domiciliar de mulheres mães, as integrantes do JSM organizaram a primeira reunião com outras organizações da sociedade civil que têm se dedicado à temática. Estiveram presentes representantes do IDDD, do Instituto Alana, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE/SP). O objetivo dessa articulação é o de fortalecer e pensar estratégias de divulgação e ampliação do debate público sobre prisão domiciliar e o direito de mulheres mães, e pessoas responsáveis por pessoas com deficiência e o direito de proteção à infância.

A equipe também participou de reuniões com organizações-membro da rede Justiça Além do Cárcere sobre letalidade policial e agenda de segurança pública na Câmara Federal. O JSM participou da reunião com o Defensor Geral da DPE, ouvidoria e outras organizações da sociedade civil para tratar do fim do termo de cooperação da DPE com o Governo, que previu atendimento de agentes de segurança pública. Ainda em questões relacionadas à DPE, o JSM participou da reunião com a DPE Convive. O encontro foi organizado para que a Defensoria apresentasse a reestruturação da Política Mães em Cárcere e o novo fluxo de encaminhamentos do projeto, bem como a proposta para ação de educação em direitos nas unidades prisionais.

Outra reunião também foi realizada para discutir a criação de um Grupo de Trabalho para desenvolver estratégias de atuação conjunta nos casos processuais e na construção de atividades de educação em direito e de formação.

No final do ano, o **JSM** participou de reunião com a equipe de transição do Governo Lula eleito, no **GT de Direitos Humanos**. Um dos frutos desse encontro foi a elaboração da <u>Carta da Sociedade</u> <u>Civil do Comitê</u> encaminhada à equipe de transição, reivindicando tópicos como orçamento, datas, ampliação de equipe e retomada do **Disque 100**.

# COMITÉ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA



36ª reunião ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura | Foto: Divulgação

No dia 1° de fevereiro de 2022, Brasília recebeu a visita do Subcomitê de Prevenção e Combate à Tortura, da Organização das Nações Unidas, com o objetivo principal de incidir no judiciário e legislativo a fim de revogar o Decreto Presidencial n° 9.831 de 2019 e o Decreto Presidencial n° 9.673 de 2019, que, na prática inviabilizou o trabalho do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, por exemplo, suspendendo a remuneração dos peritos e peritas.

O JSM esteve presente na reunião com o Subcomitê, que também contou com outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais compostos por familiares de pessoas presas. Na oportunidade, também foi discutida a paralisação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), em decorrência de diversos entraves impostos pelo Governo para empossar os membros eleitos.

Após diversos entraves e tentativas de retomada, o ITTC foi empossado como vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. No Comitê, o JSM trabalhou para elaborar contribuições para a Resolução nº 9 sobre arquitetura prisional a pedido do Conselho Nacional de Política Penitenciária e Prisional e presidiu a reunião extraordinária com membros do CNPCT, DPU, MNPCT e sociedade civil para debater violações de direitos apuradas no sistema prisional do estado do Amazonas. A partir dessa reunião, foi elaborado um compilado de denúncias e as autoridades locais foram convidadas a comparecerem na próxima reunião ordinária do CNPCT para audiência pública sobre o tema.

Nas reuniões de 2022 do CNPCT, tópicos relevantes foram discutidos: i) ações de monitoramento dos comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura, a fim de verificar a sua existência nos estados e se cumprem as normativas pactuadas pelo Estado brasileiro; ii) audiência pública com o ouvidor da Secretaria de Administração Penitenciária do Amazonas. Em conjunto com a Anadep foi feito um relatório parcial com o resumo de todas as violações desde 2016. Ele foi apresentado para os demais membros e ouvidor, durante a audiência, porém ela foi pouco eficaz, o ouvidor não esclareceu nenhuma violação, apenas alegou que havia mudanças positivas, sem informar quais seriam; iii) proposta de votação da sociedade civil para a criação de duas resoluções com a finalidade de preencher a vaga faltante do Comitê que, atualmente, já está ocupada e iv) apresentação dos relatórios do MNPCT dos estados de Minas Gerais e Paraná.

# **PUBLICAÇÕES**



# OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR PARA A MATERNIDADE E A PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Publicada em setembro de 2022, a pesquisa tem o objetivo de aprofundar o debate feito pela sociedade civil e as reflexões desenvolvidas pelo ITTC sobre a aplicação da prisão domiciliar para mulheres mães, gestantes, lactantes, com filhos de até 12 anos e responsáveis por pessoas com deficiência.

Para compreender de maneira mais aprofundada o impacto da prisão domiciliar para o exercício da maternidade e à proteção da infância, bem como os desafios impostos por essa forma de cumprimento da prisão fora dos muros das unidades prisionais, foi realizada uma pesquisa qualitativa, através de entrevistas com cinco mulheres, que, com suas perspectivas, relataram suas impressões e experiências.

Em termos gerais, a pesquisa mostrou que, ainda que o instituto da prisão domiciliar seja um avanço no fortalecimento de medidas desencarceradoras e um relevante passo para a manutenção do vínculo afetivo entre mãe e filhos, é ele mesmo que implica em restrições significativas para o exercício da maternidade diante de uma série de restrições impostas às mulheres e a falta de políticas sociais e de emprego e renda, podendo acarretar em um agravamento de vulnerabilidades vivenciadas já antes da prisão.

# ATUAÇÃO EM REDE

O JSM acompanha e compõe um conjunto de redes de organizações da sociedade civil que atuam na garantia de direitos das pessoas presas ou sobreviventes do sistema prisional. Tal atuação inclui a participação em reuniões e eventos e o desenvolvimento de estratégias para incidência política nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como ações de advocacy e acompanhamento de projetos de lei que versam sobre política carcerária e justiça criminal.

Ao longo de 2022, a equipe participou, representando o ITTC, nas seguintes redes da sociedade civil: Rede Justiça Criminal (RJC); Criola; Agenda Nacional pelo Desencarceramento; Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (RAESP); plataforma Brasil de Direitos do Fundo Brasileiro de Direitos Humanos (FBDH), DPE Convive.

A coordenadora do ITTC, Stella Chagas, e Júlia Gimenes, pesquisadora do JSM, participam e representam o ITTC na RJC, portanto, no início de 2022, estiveram no planejamento anual da Rede, e uma das agendas estratégicas, com base na incidência desejada no período pré-eleitoral, foi o debate público sobre justiça criminal e direitos humanos, assim como a construção das agendas das candidaturas de executivo e legislativo federal e estadual, garantindo a defesa das propostas inovadoras e a luta contra os retrocessos dos últimos anos.



O ITTC presta atendimento a mulheres migrantes em conflito com a lei em São Paulo há mais de 25 anos. O início desse trabalho foi o Projeto Estrangeiras, voltado para o apoio a mulheres migrantes privadas de liberdade, acompanhando-as social e juridicamente.

Fm 2020. **Projeto** Migrantes Egressas, criado anteriormente para apoiar mulheres após o cárcere, unificou esforços e metodologias ao Estrangeiras, consolidando as ações de apoio às mulheres migrantes em conflito com a lei, dentro e fora do cárcere е em cumprimento de medidas em meio aberto.

Com sua reestruturação, o projeto se **Projeto Mulheres** denominou Migrantes (PMM). O trabalho está centrado no atendimento direto. de questões reais partindo para buscar soluções concretas e justas os problemas vividos para pelas mulheres atendidas.

Alinhando ações de educação em direitos e de diálogo público, o PMM facilitou o contato de mulheres migrantes atravessadas pelo cárcere com familiares, redes de apoio, representações diplomáticas e outros atores para ampliar e garantir o seu acesso à justiça e aos direitos.

# **ATIVIDADES**

O PMM apresenta quatro frentes de ação: (i) atendimento direto, (ii) educação para cidadania, (iii) produção de conhecimento e (iv) diálogo público. A partir dessas frentes, o projeto busca monitorar e promover o acesso a direitos, pautando a redução do encarceramento em massa e o acesso às políticas públicas, com o objetivo de garantir o respeito à dignidade de todas as mulheres migrantes. Desde 2018, o PMM conta com o apoio da equipe do Banco de Dados (BD), que desenha os instrumentos de coleta de dados e atendimento, bem como orienta essa coleta e a inserção dos dados em sistema específico, além de ser responsável pelo armazenamento, tratamento e circulação interna externa dos dados coletados e pela produção conhecimento sobre gênero, migração e encarceramento.

O contato das mulheres migrantes presas com o mundo exterior é limitado, sendo um agravante a grande distância de suas famílias e redes de apoio. Assim, o ITTC atua na intermediação desse contato, com supervisão das unidades prisionais, de forma a garantir o direito à correspondência e o fortalecimento de vínculos familiares. A principal frente de atuação da equipe é o atendimento das questões legais dos processos e dos direitos das mulheres migrantes em cumprimento de pena. Além disso, o projeto também faz encaminhamentos sociais, facilitação de troca de correspondências, formação de redes de apoio fora da prisão e contato com os consulados e as embaixadas.

### **ATIVIDADES**

Em 2022, o PMM continuou realizando o trabalho de facilitação do contato das mulheres com familiares, defensorias públicas e representações consulares através da troca de correspondências no CPP Butantã até o seu fechamento, e nas penitenciárias femininas da Capital, Santana, Campinas e Ribeirão Preto. As atividades dentro dos presídios foram retomadas através das Jornadas da Cidadania, eventos nos quais a equipe do projeto fez palestras e atendimentos coletivos, a convite da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), através da Central de Apoio ao Egresso e à Família (Caef). Também foi aprovado o novo vonvênio com a SAP, que proporciona maior frequência nas visitas às unidades prisionais.

A fim de facilitar a sistematização e análise das informações obtidas através dos atendimentos com as migrantes egressas, foi organizada, com o Banco de Dados (BD), a estruturação de um novo sistema interno, proporcionado pela Woko Tech. O Salesforce possibilita um armazenamento mais seguro, com mais ferramentas para produzir conteúdos analíticos inéditos e atualizados sobre a situação das mulheres atendidas. Em um contexto de profunda invisibilidade, pautar esses dados no debate público será de fundamental importância para incidir em mudanças políticas e sociais.

No decorrer do ano de 2022, o ITTC planejou e implementou, sob coordenação de Heidi Ann Cerneka, um projeto de combate ao tráfico de pessoas. O PMM tem papel determinante nesse projeto, buscando identificar, dentre os atendimentos, elementos que poderiam caracterizar tráfico de pessoas, evidenciando a existência, em alguns casos, da intersecção entre tráfico de drogas e de pessoas.

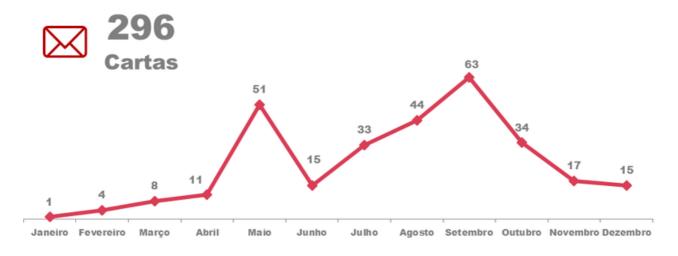
# ATENDIMENTO A MULHERES MIGRANTES EM CONFLITO COM A LEI

### MULHERES MIGRANTES PRIVADAS DE LIBERDADE

Entre janeiro e dezembro de 2022, o PMM manteve contato com 104 mulheres no sistema prisional por meio de cartas. Nesse período, foram recebidas 150 cartas das mulheres nas unidades prisionais. Além disso, foram contabilizadas 97 cartas enviadas pelo projeto e seis cartas enviadas à DPU. Por fim, a equipe teve 43 cartas dos familiares e seguiu em contato com duas brasileiras presas no exterior com a mediação entre elas e seus familiares, e com as instituições públicas (DPU, Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores).

### **CARTAS ENVIADAS OU RECEBIDAS - 2022**

BASE: 296 CARTAS ENVIADAS OU RECEBIDAS DE JAN. A DEZ. DE 2022 PROCESSAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE BANCO DE DADOS



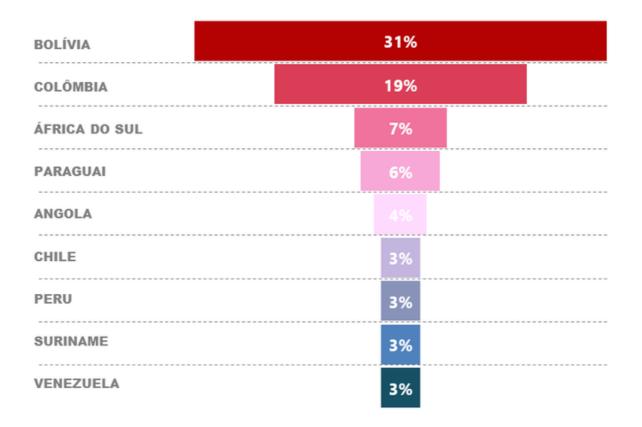


Nota: Essas categorias estão organizadas de maneira agrupada no controle interno, por isso são processadas desse modo. No entanto, algumas categorias encontram-se apenas nas cartas enviadas ou nas cartas recebidas. "ITTC", por exemplo, é uma categoria apenas de cartas enviadas. Há, nesse sentido, uma sobrerrepresentação das categorias "Mulheres" e "Familiares", uma vez que podem ser tanto destinatários, quanto remetentes.

O conteúdo das cartas destinadas ao ITTC consiste principalmente em dúvidas processuais, como cálculo de pena, orientações para saídas em datas comemorativas, informações sobre a família, pedido de fotos e documentos etc. Em alguns casos, também há a solicitação de intermediação do ITTC com os consulados e as embaixadas. No gráfico a seguir, estão as principais nacionalidades de mulheres com quem a equipe manteve contato por carta. Dentre as que estão em situação de prisão, nota-se a preponderância de mulheres vindas de países da América do Sul.

### PRINCIPAIS NACIONALIDADES

BASE: 296 CARTAS ENVIADAS OU RECEBIDAS DE JAN. A DEZ. DE 2022 PROCESSAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE BANCO DE DADOS

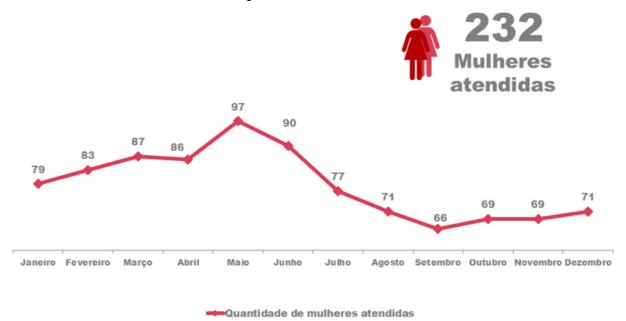


### MULHERES MIGRANTES SOBREVIVENTES DO CÁRCERE

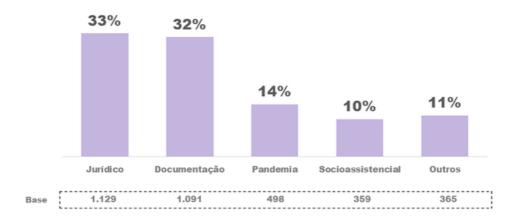
No ano de 2022, o ITTC envidou esforços para atender as mulheres migrantes egressas ou em cumprimento de pena em meio aberto através do contato pelas redes sociais, com retorno dos atendimentos presenciais na sede de forma agendada, sem deixar de acolher todas que, espontaneamente, iam ao Instituto, com prioridade para comparecimento presencial em casos mais sensíveis. Foram 232 mulheres atendidas, com um total de 2.721 atendimentos em todo o ano, variando entre atendimentos por redes sociais e presenciais.

### **MULHERES ATENDIDAS**

BASE TOTAL: 2.721 ATENDIMENTOS DE JAN. A DEZ. DE 2022 PROCESSAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE BANCO DE DADOS



### MARCADORES DE ATENDIMENTO

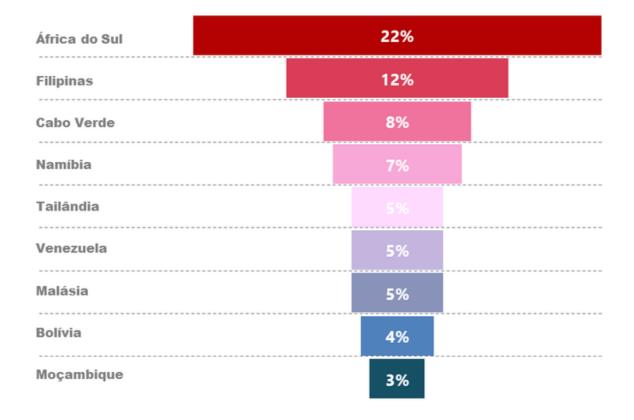


O gráfico a seguir apresenta os dados sobre as principais nacionalidades das mulheres migrantes atendidas pelo projeto em 2022, com predominância da África do Sul, seguida por Filipinas e Cabo Verde. O transporte de drogas e a prisão das mulheres relacionam-se profundamente com as dinâmicas sociais, políticas e econômicas de seus respectivos países de residência. Já o gráfico seguinte, registra a quantidade de atendimentos mensais entre 2021 e 2022 e aponta a mesma tendência verificada no gráfico sobre quantidade de mulheres atendidas no período.

Nota: o mês de dezembro costuma ser atípico por conta do período de recesso/férias de fim de ano.

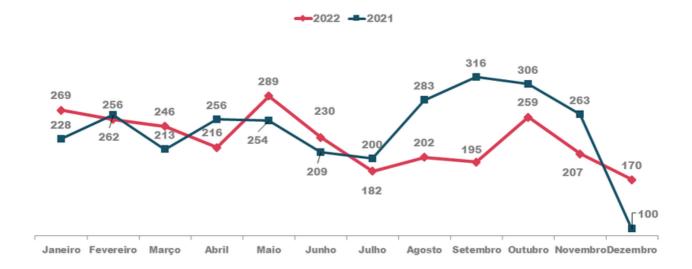
### PRINCIPAIS NACIONALIDADES

BASE TOTAL: 2.721 ATENDIMENTOS DE JAN. A DEZ. DE 2022 PROCESSAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE BANCO DE DADOS



### **ATENDIMENTOS MENSAIS – COMPARATIVO**

BASE TOTAL: 2.721 ATENDIMENTOS DE JAN. A DEZ. DE 2022 PROCESSAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE BANCO DE DADOS



No ano de 2022, foram realizados encaminhamentos para abrigos públicos de São Paulo. Em alguns casos, foi necessário acompanhar as mulheres atendidas durante todo o procedimento de acesso aos centros de acolhida (CA), principalmente as que vinham diretamente das unidades prisionais quando progrediam ao regime aberto. Nessas oportunidades foi possível se aproximar de alguns abrigos, como o Caemi e o CA Aparecida, ambos dedicados a receber mulheres, nos quais a equipe pode trocar experiências e coordenar a execução dos serviços públicos para regularização migratória, acesso à educação e atendimento jurídico de alguns casos individuais.

Apesar dessa não ser a missão principal do ITTC, em razão da pandemia e do aprofundamento das vulnerabilidades e necessidades alimentares, o PMM manteve em 2022 a distribuição de cestas básicas para mulheres migrantes em conflito com a lei em São Paulo e na Região Metropolitana. Essa atividade continuou sendo realizada através de uma parceria do ITTC com a Associação Rede Rua, e apoiada parcialmente por doações da Cruz Vermelha de São Paulo. No período de janeiro a dezembro de 2022, foram feitos encaminhamentos para a distribuição de 284 cestas básicas para 72 mulheres migrantes atendidas pelo projeto.

### **EDUCAÇÃO PARA DIREITOS**

O PMM estimula a discussão coletiva a respeito dos direitos por meio da realização de oficinas e rodas de conversa entre a equipe e as mulheres atendidas. Entendendo a importância da educação e do acesso à informação para a garantia de direitos e para a construção da autonomia das atendidas, o projeto promoveu algumas rodas de conversas reunindo mulheres que enfrentam batalhas parecidas, sendo uma a respeito do processo de expulsão e a segunda sobre empregabilidade para sobreviventes do cárcere.

Como resultado da primeira roda de conversa, a equipe do **BD**, em parceria com o **PMM**, elaborou um estudo qualitativo a respeito do processo de expulsão que tem previsão para ser publicado em 2023.

A equipe foi convidada pela **Defensoria Pública do Estado** para participar da gravação do vídeo institucional a respeito do **Convive** – **Mães em Cárcere**, programa voltado para o atendimento de gestantes e mães sob custódia nas unidades prisionais. A equipe também participou de uma roda de conversa no **Programa de Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Públicas Internacionais** da **PUC** de São Paulo, cujo tema foi "**Migração e encarceramento**" e a atuação do **PMM**.

# **PUBLICAÇÕES**

# UM GUIA PARA A LIBERDADE: ORIENTAÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DE PENA A MULHERES MIGRANTES



Lançada em março de 2022, a cartilha foi elaborada em parceria com a DPU, com o objetivo de trazer atualização, ampliação e de tornar processos e informações mais acessíveis e concentrados em um único texto. A iniciativa foi fruto da experiência do ITTC com a publicação "Caminhos da liberdade: orientações para o atendimento a mulheres migrantes em conflito com a lei", de 2017.

O material apresenta para migrantes pré-egressas e recém-egressas do sistema carcerário, informações como: dúvidas sobre o estágio de processos em trâmite, passos na execução da pena, abrigamento, auxílio para regularização documental e questão migratória, além de como encontrar e como acessar determinados serviços e instituições. O lançamento ocorreu no auditório da **DPU São Paulo** e contou com a participação de diferentes parceiros da sociedade civil, estudantes, além da presença de algumas das migrantes atendidas pelo **ITTC**.

O estudo qualitativo "Relação entre a Polícia Federal e as mulheres migrantes egressas atendidas" foi produzido em parceria com o BD e publicado no site do ITTC em abril de 2022. Em julho, foi redigido um artigo para o Curso "Brasil sem tráfico humano", da OIM, que serviu como texto-base para o Módulo 4: "Interseccionalidades de raça e gênero e os impactos causados pelo tráfico de pessoas e violações correlatas nas vítimas diretas e indiretas".

# ATUAÇÃO EM REDE

O tema das mulheres migrantes envolvidas com a justiça criminal é permeado por uma série de questões, como gênero, migração, sistema de justiça criminal, sistema prisional, maternidade, dentre outras, que exigem a inserção qualificada do projeto e das próprias mulheres em diferentes espaços, para que suas demandas sejam compartilhadas e possam ser transformadas em políticas ou iniciativas a seu favor. Em eventos diversos, o PMM pôde participar de ações coletivas de outros atores da sociedade civil do Brasil e da América Latina, como forma de expor o trabalho feito pelo ITTC.

A equipe participou de rodas de conversas, eventos virtuais e entrevistas, com o intuito de divulgar as pesquisas e o conhecimento acumulado pelo cotidiano do trabalho, compartilhando os balanços e as análises em relação às intersecções entre sistema de justiça criminal, migração, gênero, sexualidade e raça. Em 2022, as ações de diálogo público do **PMM** seguiram concentradas na articulação com atores e redes considerados estratégicos para a atuação do projeto e para promover as transformações necessárias para a realidade das mulheres acompanhadas.

As parcerias históricas foram mantidas, como o diálogo com a DPU (DPU São Paulo e DPU Guarulhos) e o GT Presas, a DPE, inclusive com a aproximação com o programa Convive – Mães em Cárcere, o Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (Caemi Palotinas), os Creas, a Delegacia de Polícia de Imigração em São Paulo (Delemig-SP), Cruz Vermelha Brasileira, Missão Paz, Centro de Integração e Cidadania para Imigrantes (CIC Imigrante), Centro de Referência e Atendimento do Imigrante (Crai Oriana Jara), a Central de Atenção ao Egresso e Família – São Paulo (Caef-SP), o novo Caef Mulher e Diversidade, entre outros.

Neste ano, o PMM e o BD estabeleceram uma parceria com o Centro da Mulher Imigrante e Refugiada (Cemir) e participaram da live especial: "O 8 de Março e as Mulheres Imigrantes e Refugiadas", enfatizando a realidade das mulheres migrantes em conflito com a lei. Além disso, as equipes apresentaram o trabalho do ITTC na roda de conversa "Base Warmis" e, em junho, participaram da audiência pública na Alesp "Mulheres e crianças imigrantes e refugiadas no estado de São Paulo: troca e escuta", a convite do Cemir.

Visando potencializar a atuação com sobreviventes do cárcere, em 2022, o ITTC, representado pelo PMM, realizou uma reaproximação com representações consulares, participando de eventos e reuniões com representantes de países como Países Baixos, Turquia , Alemanha, Suécia e Colômbia.

Um dos pontos de destaque do PMM em 2022 foi o contato estabelecido com a Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, Penitenciária Feminina de Santana, Penitenciária Feminina de Campinas e o CPP Feminino de São Miguel Paulista. Nas três primeiras instituições, o projeto participou das respectivas Jornadas da Cidadania, apresentando o seu trabalho para as mulheres privadas de liberdade e tirando dúvidas. Essas atividades, demonstram a aproximação com a SAP que consolidou o novo convênio, permitindo o retorno da atuação dentro do cárcere e as visitas às penitenciárias.

Com o desenvolvimento do projeto de combate ao tráfico de pessoas, o PMM estabeleceu algumas atuações externas que trouxeram possibilidades de divulgação das teses do ITTC, assim como aprofundamento de seus conhecimentos. Isso se deu a partir da participação nas reuniões do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e do "Seminário de capacitação e mobilização no enfrentamento do tráfico de pessoas" da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por exemplo.

Além disso, como desdobramento da escrita do capítulo do curso "Brasil sem tráfico humano", a equipe participou do Curso "Prevenção e persecução do tráfico de pessoas e crimes correlatos pelo Poder Judiciário" na OIM, em Brasília. O evento foi uma iniciativa da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), do CNJ e da OIM.

O PMM foi convidado pela Missão Paz e OIM para participar das reuniões de formação de uma nova rede de atendimento jurídico para pessoas migrantes e refugiadas. Foram quatro rodadas para a construção da Rede, que foi nomeada como Rede Nacional de Assistência Jurídica a Migrantes e Refugiados (Remir). A equipe recebeu destaque das instituições presentes para atendimento de mulheres migrantes em conflito com a lei, por ser considerada uma referência para a área de incidência e comunicação, dado sua história e conhecimento na área migratória.

Além do diálogo com atores do poder público e da sociedade civil que atuam diretamente com as temáticas de gênero, migração e encarceramento, o projeto estabeleceu diálogo com universidades e mídias a fim de dar visibilidade às pautas relativas a mulheres migrantes em conflito com a lei. Ao longo de 2022, a equipe realizou entrevistas com estudantes, participou de rodas de conversa, lives e entrevistas para jornalistas.



A equipe do **Banco de Dados** (BD) tem como missão apoiar o **PMM**, por meio da organização das informações coletadas durante o atendimento tanto a mulheres no cárcere, como aquelas egressas ou em cumprimento de pena em meio aberto. Como resultado dessa atuação, foi possível consolidar um banco de dados que sistematiza as informações das mulheres atendidas.

A equipe foi composta, no primeiro semestre, por uma cientista social e uma estudante estagiária de Relações Internacionais. No segundo semestre, pela mesma cientista social e por uma estudante de Ciências Sociais. Em 2019, o **BD** passou a publicar boletins temáticos com o objetivo de promover a educação para direitos, trazendo para o

debate questões que tangenciam a vida das mulheres migrantes em conflito com a lei e o seu acesso a direitos.

A partir dos dados de atendimento, identificou-se o perfil das mulheres no decorrer dos anos: foram visualizadas suas principais demandas, compreenderam-se particularidades e semelhanças em suas trajetórias.

equipe identificou eventuais aplicabilidade das problemas de legislações relacionadas às mulheres em conflito com a lei e, por fim, o ITTC sugerir capaz de inovações legislativas e mudanças na cultura jurídica, ao longo de sua experiência com as mulheres migrantes.

Em 2022, o Banco de Dados fez um levantamento bibliográfico para começar a refletir sobre metodologias on-line de coleta de dados; executou mais uma entrevista para o Histórico do BD, relatório interno que pretende registrar a memória institucional do projeto; e fez uma reunião sobre metodologia qualitativa com a equipe do **Projeto Gênero e Drogas**.

O BD finalizou a primeira versão de infográfico a ser lançado em 2023 sobre o perfil de mulheres encarceradas em alguns países hispânicos. A equipe organizou uma nova seção do Banco de Dados no site do Instituto e atuou com a equipe de Comunicação, de modo a propor melhores estratégias de escrita e veiculação de conteúdos a partir dos índices de acesso nas redes sociais do Instituto.

O BD deu continuidade à formulação de questionários mais detalhados a serem aplicados com as mulheres migrantes sobreviventes do cárcere. Além disso, a equipe processou dados sobre esses atendimentos, conforme solicitação da Coordenação, Diretoria e demais equipes, tanto para eventos externos, quanto para demandas internas.

O BD promoveu reuniões com o intuito de planejar atividades em parceria com o Projeto Mulheres Migrantes (PMM), continuou os trabalhos de tratamento dos dados do projeto. O processamento dos dados referentes aos atendimentos do ano de 2021 foi realizado, bem como a plotagem dos respectivos gráficos informativos, tanto para prestações de contas, quanto para a elaboração do relatório anual.

Além disso, iniciou-se mensalmente o processamento dos dados de atendimento com vistas a apontar as dimensões do trabalho do **PMM** internamente, de modo a otimizar os fluxos de informações a partir da sistematização e do compartilhamento de dados relevantes entre equipes. Realizou-se o monitoramento de inconsistências nas planilhas de controle de atendimentos com o objetivo de melhorar o processamento anual dos dados do **PMM**.

O projeto empreendeu uma série de levantamentos de dados para demandas específicas: levantamento dos nomes das mulheres das quais a equipe recebeu cartas e estavam cadastradas no BD; montagem de banco de dados com perfil de europeias para reunião com consulado; levantamento de datas de nascimento, conforme exigência dos financiadores, para prestação de contas etc. A equipe ofereceu suporte para a escrita do artigo sobre tráfico de pessoas enviado para uma atividade da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Por fim, reformulou algumas categorias da planilha de controle de atendimentos com vistas a otimizar o processamento.

### **ESTUDOS QUALITATIVOS**

O BD iniciou um levantamento de informações internas e externas sobre a temática da expulsão a fim de elaborar um estudo qualitativo que fosse capaz de abordar as principais problemáticas vivenciadas pelas mulheres nestes casos. Para tal, foi organizada e promovida uma roda de conversa, com o PMM, e os debates resultaram em rico material de análise. A equipe continua a examinar a relação das mulheres migrantes em conflito com a lei e a Polícia Federal: novas entrevistas com profissionais foram transcritas, dados foram processados e conferidos, e o material foi escrito com as profissionais do PMM.

#### **TRIAGEM**

Construção de questionário para diagnosticar as demandas e informações mais urgentes das mulheres migrantes sobreviventes do cárcere atendidas pelo ITTC. Discussão do questionário da triagem com o PMM, Coordenação e Diretoria. Revisão e pré-teste do instrumento. Análise do pré-teste e reelaboração das questões a partir dessa primeira experiência de aplicação, levando-se em conta a relação das mulheres com o questionário. Por fim, construção dos termos de consentimento e traduções.

### SISTEMA SALESFORCE

O ITTC foi aprovado no edital da Salesforce e recebeu gratuitamente serviços da Woko Tech para criar um banco de dados para as mulheres migrantes em cumprimento de pena em meio aberto e/ou egressas. Aconteceram diversas reuniões para alinhar a composição dos questionários, possíveis cruzamentos de dados e tirar dúvidas para o desenvolvimento do sistema. As equipes envolvidas participaram de formações para entenderem o gerenciamento do

sistema, podendo assim adaptá-lo de acordo com os atendimentos e as necessidades do **PMM**.

Essa experiência possibilitou um aperfeiçoamento do sistema, em relação ao banco construído em 2018. A nova metodologia permite grande agilidade na extração de dados e no acúmulo de conhecimentos sobre as mulheres atendidas, considerando as novas realidades que enfrentam fora do cárcere.

### PROJETO DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS

A equipe do **BD**, assim como todas as equipes do **ITTC**, se envolveu no projeto de combate ao tráfico de pessoas, tanto na sistematização de informações sobre os dados a respeito das vítimas de tráfico de pessoas, como com o desenho da metodologia do projeto, a escrita de roteiros qualitativos, a aplicação de entrevistas com as mulheres vítimas de tráfico de pessoas, a análise de relatórios de entrevistas e de transcrições e, por fim, a organização de relatórios e produtos dos debates e pesquisas.

Assim como o PMM, a equipe do BD se reuniu com o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e participou da atividade de planejamento do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Para essa articulação, a equipe contribuiu com o levantamento de legislações nacionais e internacionais que interseccionam com o tráfico de pessoas.

# **PUBLICAÇÕES**



**Boletim #14**: Perfil e Contexto de Prisão de Mulheres Migrantes Indígenas dos Povos Guarani e Quéchua



Boletim #15: Humanitário ou Penal? Reflexões Sobre a Limitação do Direito ao Refúgio às Mulheres Migrantes em Conflito com a Lei



Boletim #16: Geografia da Criminalização: uma Análise dos Locais de Prisão das Mulheres Migrantes em Conflito com a Lei



<u>Boletim #17</u>: Conectando Fronteiras: Relação Entre as Mulheres Sul-Americanas em Conflito com a Lei e os Fluxos Migratórios Globais



Estudo Qualitativo #1: Relação Entre a Polícia Federal e as Mulheres Migrantes Egressas Atendidas



O Projeto Gênero e Drogas (PGD) começou em 2015 com o intuito de interseccionar duas frentes de atuação no ITTC dentro dos temas de justiça criminal e encarceramento: as questões de gênero e a política de drogas, causa da maioria das prisões de mulheres no Brasil.

Atualmente, o projeto é composto por duas pesquisadoras com formação em Direito e possui três eixos principais de atividades. O primeiro deles é o desenvolvimento de pesquisas através do levantamento de informações, legislações, políticas públicas e boas práticas nacionais e internacionais relacionadas ao encarceramento feminino e às políticas de drogas.

O segundo, é o desenvolvimento de materiais de comunicação pela necessidade de ampliar o debate sobre os temas de gênero, política de drogas e encarceramento, estimulando a conscientização sobre a necessidade da redução do encarceramento de mulheres.

Já o terceiro eixo tem como objetivo implementar estratégias de advocacy que incidam sobre a revisão da política adotada pelo drogas Brasil e promovam políticas públicas sociais gênero recorte de viés com alternativo ao punitivista, incluindo a redes nacionais atuação em e internacionais.

Em 2022, o PGD pôde ampliar o <u>Grupo de</u> <u>Fortalecimento de Mulheres Sobreviventes do</u> <u>Cárcere e Familiares</u>, sendo elas mulheres brasileiras e migrantes que se autodeterminam negras, pardas e brancas, todas moradoras da periferia da cidade de São Paulo e da região metropolitana, tais como: Itaquera, José Bonifácio, São Miguel Paulista, Campo Limpo, Sapopemba e Suzano.

Também em 2022, como continuidade ao segundo eixo de trabalho do **PGD**, foi possível aprofundar a divulgação e o uso do jogo "Política de drogas é uma questão de mulheres". Em conjunto, foi realizado um mapeamento, reuniões com serviços de atenção psicossocial e o planejamento de uma pesquisa de boas práticas.

### GRUPO DE FORTALECIMENTO DE MULHERES SOBREVIVENTES DO CÁRCERE E FAMILIARES

O propósito inicial do grupo era o de unir mulheres que tiveram suas vidas atravessadas pelo sistema prisional e, a partir disso, fomentar um espaço de diálogo, acolhimento e formulação sobre os temas de mulheridades, políticas de drogas e encarceramento. Sob outro olhar, o objetivo é fortalecer ou gerar lideranças locais com a finalidade de promover articulação e debate em torno das problemáticas que atravessam a vida de pessoas que estiveram em situação de privação de liberdade, seus familiares e suas comunidades, convidando-as a dialogar sobre questões sociais estruturais que atravessaram suas vidas antes, durante e após o contato com a justiça criminal.

Essas problemáticas e/ou temas trabalhados incluem e não se limitam a: desigualdade socioeconômica, falta de autonomia financeira e digital, violências sofridas e seus ciclos, racismo, transfobia, falta de acesso a trabalho em suas diferentes formas, saúde mental e física, política de drogas, justiça criminal, medidas alternativas à prisão, desencarceramento e políticas públicas.



Reunião do Grupo de Fortalecimento de Mulheres Sobreviventes do Cárcere e Familiares | Foto: ITTC

O grupo tem como objetivo construir o fortalecimento individual e coletivo que tenha como protagonistas as mulheres e suas vivências, a partir de suas próprias histórias, possibilitando espaços de produção de conhecimento, de expressão oral, reconhecimento e reivindicação de direitos para o exercício da cidadania plena e, de modo mais subjetivo, a criação de espaços seguros de diálogo, de cura e transformação de suas dores, a partir da construção conjunta de um ambiente de apoio e segurança para que essas protagonistas sejam multiplicadoras de tais reflexões e ações, concretizando seus objetivos e visando romper os ciclos de violência no âmbito individual, dentro de suas famílias e na comunidade.

O ano de 2022, foi marcado pelo aprofundamento nos debates em torno das políticas de drogas e seus impactos nas vidas das mulheres, famílias e comunidades pertencentes ao grupo. Outro ponto foi o reconhecimento do trabalho realizado nos últimos dois anos. O Instituto foi agraciado com o prêmio de menção honrosa na edição anual do Prêmio Betinho de Democracia e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo e conquistou o Selo de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Diversidade (SMDHC).



Cerimônia de entrega do Prêmio Betinho de Democracia e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo | Foto: ITTC

## **PUBLICAÇÕES**

Em 2022, o PGD trabalhou continuamente na divulgação do jogo "Política de Drogas é uma questão de mulheres" entre equipamentos e serviços dos sistemas SUS (Sistema Único de Saúde) e Suas (Sistema Único de Assistência Social), escolas, grupos de apoio de mulheres, organizações parceiras, entre outros. O objetivo era ampliar o debate e a conscientização sobre os temas de política de drogas e sua interseção com as experiências de mulheridades, desde a perspectiva do cuidado e da redução de danos, até sua relação com o encarceramento em massa no Brasil.

Um artigo relatando um pouco das experiências vividas pelo **PGD** foi escrito e será publicado no primeiro semestre de 2023.



Cartas do Jogo "Política de drogas é uma questão de mulheres" | Foto: ITTC

O PGD desenvolveu, ao longo de todo o ano de 2022, encontros sobre boas práticas para inclusão e permanência de mulheres nos Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPs AD) na cidade de São Paulo. As perspectivas e sensações resultantes dessas conversas serão organizadas para sua publicação em 2023. Esses diálogos ajudaram a compreender as especificidades que exigem atenção, tanto da parte dos trabalhadores desses serviços quanto de suas usuárias.





Encontros e formações promovidos pelo PGD | Foto: ITTC

# ATUAÇÃO EM REDE

A equipe do **PGD** concentrou seus esforços em espaços de fortalecimento individual e coletivos de mulheres que estiveram privadas de sua liberdade e familiares. Assim, aprofundou sua interação com a **Red Mujeres Libertarias Fundiendo Rejas**, composta por mulheres de cerca de nove países da América Latina.

De outubro de 2020 ao longo de todo o ano de 2022, o PGD uniu um grupo de sete mulheres, em parceria com a Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas e Internos da Fundação Casa (Amparar), para realizar uma série de oficinas de fortalecimento com temáticas políticas e técnicas, tais como: acolhimento familiar, tecnologia (em parceria com a InfoPreta) e educação financeira (em parceria com o NoFront – Empoderamento Financeiro.

Por fim, a equipe do PGD participou de dois Congressos importantes nas pautas que vêm trabalhando nos últimos anos, sendo eles o LCongresso Internacional Elas Existem - Mulheres Encarceradas, realizado na cidade de Cruzeiro do Sul/Acre, estado que, proporcionalmente a sua população, mais encarcera mulheres no Brasil, e na VIII Conferência Latino-Americana e XX Conferência Nacional sobre Políticas de Drogas (Confedrogas), em agosto de 2022, na cidade de Buenos Aires (Argentina), com a presença de organizações da sociedade civil, pesquisadoras(es), universitárias(os), jovens redutores de danos, atuais representantes de órgãos governamentais da América Latina e membros do Programa de Cooperação entre a América Latina, Caribe e da União Europeia sobre a Política de Drogas (Copolad).



# **ADMINISTRAÇÃO**

A Administração do ITTC é responsável por toda a parte burocrática da instituição, resolvendo questões administrativas, financeiras, contábeis e legais.

A equipe capacitada para realizar essas atividades hoje é composta por: profissional de Recursos uma Humanos, que foi designada a liderar a gestão, uma estagiária da área de Engenharia de Produção (que iniciou em 2022), uma coordenadora geral, Migrações, mestre em que responsável pelas equipes intermediação entre as colaboradoras e a Diretoria e, por último, mas não menos importante, compõe a equipe

da Administração uma profissional da área de limpeza, que faz a manutenção e o cuidado do espaço físico.

Todas as atividades atribuídas à Administração foram executadas com sucesso no ano de 2022, tendo apoio da Diretoria e das equipes, permitindo realizar melhorias no organizacional. sóbria aestão transparente dos recursos projetos, gerenciamento estratégico, com intuito de captação de recursos e, implementação das decisões relacionadas com a política de gestão e missão do Instituto.

A administração é responsável por aspectos relativos a:

- 1. Pessoal: folha de pagamento, encargos, benefícios, programação de férias, direitos e deveres das colaboradoras;
- 2. Infraestrutura do **ITTC**: cuidado e gerenciamento dos espaços, instalações, limpeza, higiene e organização;
- 3. Equipamentos: cuidado e manutenção de móveis, rede lógica, energia, recursos eletrônicos, digitais, virtuais, assim como licenças tecnológicas para uso legal.
- 4. Finanças/Contabilidade: acompanha e providencia o pagamento de tributos, de fornecedores, emissão de certidões, regularização fiscal e contábil, preparação de prestação de contas dos projetos, contratos de terceiros e conservação do imóvel e de seus bens.
- 5. Auditoria: assiste anualmente a auditoria externa, por meio da apresentação de toda a documentação fiscal, tributária, trabalhista e contábil necessária para o desenvolvimento do processo de auditoria, permitindo transparência e a análise dos procedimentos internos da gestão do ITTC, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação brasileira.

Por fim, a equipe é atividade-meio que apoia todos os outros projetos e equipes do Instituto e Diretoria. Tem parceiros externos contratados, que subsidiam suas atividades, a exemplo do escritório de contabilidade, da empresa de suporte tecnológico, da empresa de segurança e medicina do trabalho, entre outras.

### **ATUAÇÃO**

O Instituto iniciou o ano de 2022 em trabalho remoto (home office) devido ao aumento dos números de covid-19 em São Paulo. Em março, em um cenário mais estável, no que diz respeito ao número de casos, retornou ao trabalho híbrido, mas dessa vez sendo três dias presenciais e dois dias remotos. Projetos inovadores foram continuados, como o apoio terapêutico, que foi um marco para garantir a sanidade e o equilíbrio individual e profissional das equipes do ITTC durante a pandemia, além do suporte com benefícios e convênios ofertados no período.

A Administração ofereceu ferramentas para o trabalho remoto e aprimoramento do escritório junto com o suporte tecnológico contratado, implementando recursos que visavam velocidade, acesso à internet e melhor performance dos equipamentos. Além dessas preocupações, a equipe manteve todos os serviços financeiros, administrativos e de recursos humanos necessários para o bom andamento do Instituto, o cumprimento de todas as obrigações legais e institucionais de forma transparente, idônea e competente.

Apoiada pela Coordenação e pela Diretoria, a equipe implementou rotinas de trabalho, de cuidados e de comparecimento ao ITTC, elaborando escalas de expediente que comportassem a presença, segura, das colaboradoras e das mulheres com as quais trabalhamos, respeitando as regras de distanciamento e a continuidade do atendimento.

Por fim, em 2022, a **Administração** esteve presente no apoio a todas as equipes do **ITTC**, e finalizou o ano, inclusive, em conjunto com a **Comunicação**, organizando e providenciando a assembleia ordinária do **ITTC**, que elegeu a nova Diretoria, no mês de novembro/2022.

### FICHA TÉCNICA

### **ORGANIZAÇÃO**

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

#### **DIRETORIA**

Alderon Costa

Caroline Hilgert

Denise Blanes

Michael Nolan

Rafael Custódio

### COORDENAÇÃO

Stella Chagas

### DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO

Gabriela Güllich

#### **REVISÃO**

Priscila Risso

### PREPARAÇÃO DE TEXTO

Denise Blanes

Gabriela Güllich

Laura Luz

#### **EQUIPES DE PROJETOS**

Alexandra Almeida, Aline Novakoski, Cátia Kim, Débora Vasconcellos, Eliza Donda, Gabriela Güllich, Heloísa Freitas, Jacqueline Feitosa, Júlia Gimenes, Juliane Arcanjo, Lais Carvalho, Laura Luz, Marcela Amaral, Maria Eduarda Brommonschenkel, Nicoly Pereira, Helena Sartori, Phirtia Silva, Raquel Quintas e Sofia Fromer.

São Paulo 2023